

6.**Políticas de Educação Profissional no Brasil e no Pará nos anos de 1990 e a transformação em Escola Técnica Estadual Magalhães Barata**

Ao tempo que a ETEPA entra em novo processo de declínio pela insuficiência das políticas que a criam, dá-se no Brasil a aprovação da LDB 9394/96, em 1996, e no ano seguinte, uma grande reforma para a educação profissional foi lançada por meio do Decreto nº 2.208/97 que trazia como principal marca a obrigatoriedade da separação entre educação básica e educação profissional.

Mais um movimento reformista se instala no Brasil, assegurado pelo financiamento conjunto do Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Banco Interamericano de Desenvolvimento, segundo Souza (2002), e se propõe a desenvolver um novo ensino técnico, uma nova educação profissional, com a promulgação da LDB brasileira, e o conjunto de leis que a sucedeu: Decreto nº 2208/97 (BRASIL, 1997), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, consubstanciadas no Parecer CNE/CEB nº 16/99 (BRASIL, 1999), e na Resolução CNE/CEB nº 04/99 que estabelece os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, cuja concepção orientadora é o modelo das competências.

Tratada de forma generalista pela LDB nº 9.394/96 como uma modalidade de ensino, a educação profissional proposta e regulamentada pelo Decreto nº 2.208/97 recomenda o seguinte: “Esse ramo do ensino passa a se integrar a diferentes formas de educação e trabalho, à ciência e à tecnologia, com objetivo de atender ao aluno matriculado ou egresso do ensino básico, do nível superior, bem como os trabalhadores em geral” (SANTOS, 2002, p.221).

Para entender a reforma proposta para a educação profissional a partir da década de 1990 é preciso ressaltar que os organismos internacionais (Banco Mundial/ BID/ OIT) indicavam a ineficiência do ensino técnico, seu alto custo e sua ineficácia (RAMOS, 2002). Além das imposições econômicas, constituíam-se como problemas a serem superados: a falta de sintonia com a realidade, o

dualismo entre ensino médio e educação profissional e a orientação assistencialista e economicista da educação profissional (ARAÚJO, 2002).

O contexto de nascimento das legislações educacionais do final dos anos 1990 é semelhante ao de nascimento da Lei nº 5692/71, qual seja o de adaptação da economia nacional à divisão internacional do trabalho, isto é, um movimento para tornar nossa economia competitiva com a internacional. Nos anos de 1970, de acordo com Oliveira (2007) os aparelhos do Estado estiveram subordinados a esse objetivo, e a educação é sempre tomada como elemento de desenvolvimento associada a outras instâncias da sociedade.

Conforme esclarece Oliveira (2006)¹, a CEPAL e outros setores, inclusive internacionais, indicam que os investimentos em educação seriam capazes de diminuir as taxas de pobreza, combater a crise do emprego trazendo benefícios econômicos e por isso o ensino médio passou a merecer maior atenção.

Podemos considerar como pontos chaves da reforma da educação profissional:

1. A sua desvinculação do ensino médio – o que quer dizer que a educação profissional não é mais uma modalidade do ensino médio e nem pode substituí-lo;
2. A complementaridade à Educação Básica – em caráter intermitente ou concomitante;
3. A caracterização da escola técnica como um Centro de Referência capaz de agregar trabalhadores, empregadores e todos os envolvidos no desenvolvimento da região;
4. A não-definição de mínimos curriculares pelo Conselho Nacional de Educação e conseqüente autonomia escolar para expressar e conduzir sua proposta pedagógica através do projeto pedagógico e plano do curso, mas obediência às diretrizes nacionais, orientações que caracterizam uma escola como referência na área de atuação;
5. O compromisso da escola com o desenvolvimento do perfil profissional de conclusão, que significa, de acordo com Ramos (2002):

Adoção da noção de competência como norteadora do currículo e referência primordial;

¹ OLIVEIRA, R. Agências multilaterais e a educação profissional brasileira. Campinas: Alínea, 2006.

Contato e intercâmbio com o mundo produtivo como principal regulador do exercício profissional;
 Apoio metodológico em projetos e resolução de problemas;
 Análise funcional como base para definir as 20 áreas profissionais e o perfil profissional resultante das competências listadas.

A educação profissional foi estruturada em três níveis: básico, técnico e tecnológico, com uma evidente desarticulação do ensino médio, o que comprometeu a função social das escolas federais que deixam de trabalhar a educação no sentido da cidadania e assumem o treinamento fragmentado em atendimento as necessidades estreitas do capital (DELUIZ, 2001).

De posse dessas apreciações referentes ao Decreto nº 2.208/97 verificamos o movimento na Secretaria de Educação do Pará resultante da promulgação desse decreto, quando o Ofício nº 266/97 (PARÁ, 1997) da divisão de Currículo da SEDUC, assinado por Manoel Delmo Silva de Oliveira, solicita à direção da ETEPA que convoque os professores para reuniões que deveriam discutir essas mudanças legais e os seus rebatimentos naquela escola, conforme calendário e cronograma previsto no ofício, dois cursos (Eletrônica e Eletrotécnica) em um dia e dois cursos (Mecânica e Edificações) em outro dia.

As listas de frequência e o esboço da ata mostram que as reuniões aconteceram de fato dois dias depois do que solicitava o ofício e que, depois da explanação sobre as mudanças legais, a proposição de como os cursos deveriam funcionar em 1998 foi apresentada. Frente a isso os professores manifestaram suas preocupações iniciais com mais uma reforma que podem assim ser enumeradas:

- o aluno deverá ter dificuldade em estudar em duas escolas;
- o turno da noite não permite o cumprimento da carga horária o que prejudica os alunos;
- ajustar a nova grade à realidade dos alunos;
- falta de definição se o novo currículo seria seriado ou semestral;
- se o Conselho Estadual de Educação estava apto à análise dessas novas matrizes
- o que o aluno aprende em um curso técnico não permite que faça o vestibular, a procura pela escola é grande, mas os alunos não têm condição de cursar cursos técnicos.
- que deveria ser formado um grupo de escolas técnicas para discutir as mudanças para os cursos técnicos;
- e que as escolas técnicas não são prioridade de governo.

O primeiro encaminhamento definido na reunião seria reunir professores da Escola Técnica Federal e da Universidade Estadual para elaborar junto com a escola um documento único para o funcionamento da mesma. Além disso, marcar uma reunião com o CEE para discutir a situação dos cursos da escola. Não foram encontrados registros relativos à efetividade dessas reuniões, mas os depoimentos e documentos seguintes revelam que a partir daí se instalou uma grande instabilidade na instituição e um clima de medo, para alguns, quando o “fantasma” de fim da escola e fim dos cursos profissionais é revivido.

Dois episódios marcam os documentos do ano de 1998: a) a realização de um seminário na ETEPA, para discussão das mudanças na educação profissional para 1999, entre professores, técnicos administrativos e educacionais, direção e equipe da SEDUC; e b) ato dos alunos no dia do estudante na SEDUC que pleiteavam chamar a atenção das autoridades educacionais para os problemas escolares.

A manifestação dos alunos na SEDUC gerou uma reunião na escola, cuja ata manuscrita revela que a equipe da Secretaria esteve em reunião com os representantes das turmas dos três turnos, na escola, na manhã do dia 21 de agosto de 1998, para ouvir e dar esclarecimentos sobre a falta de material, de professores e manutenção da escola – pontos reivindicados na manifestação. Em seguida, em reunião separada, representantes do Departamento de Ensino Médio/SEDUC arguíram a direção e orientação da escola sobre o tratamento que vinham dando aos pontos reivindicados pelos alunos, ocasião em que a equipe da escola responde às questões e esclarece os encaminhamentos dados bem como os limites das solicitações não atendidas pela própria Secretaria e da insuficiência dos recursos para funcionamento adequado da escola.

A própria direção da escola, na pessoa de Sandra Regina Reis, promove uma nova reunião com representantes, mas aberta aos demais alunos, no dia 26/08/98 nos três turnos para tratar dos problemas que a escola vive. As reclamações apresentadas pelos alunos eram: aparelhos de ar-condicionado quebrados; falta de professores; esclarecimentos quanto ao uso do fundo rotativo; laboratório de mecânica sem manutenção; situação de “abandono” da escola pelo poder público e requisição do apoio da direção a manifestações que tornem a situação da escola conhecida de todos. A diretora retrucou que não os apoiaria nas medidas que já tinham tomado por ocasião do Dia do Estudante, quando agiram

“usando de anarquia” e “baderna” com muitos “alunos que nem sabiam o que queriam” de fato das autoridades. Usou a ocasião para anunciar as mudanças que estavam se processando e sendo preparadas para o ano seguinte no tocante ao currículo e funcionamento da escola, bem como procedimentos de desconto de faltas dos professores, uso do fundo rotativo além de cobrar danos causados pelos próprios alunos ao patrimônio da escola.

Nos dias 20 e 21 de agosto do mesmo ano, conforme atas manuscritas e listas de frequência realizou-se na ETEPA o Seminário para responder as questões propostas pela SEDUC:

1. Quais as propostas da ETEPA para 1999?
2. Que cursos queremos ofertar?
3. Que estrutura a escola adotará?
4. A educação geral ainda será ofertada? E o teste de seleção?
5. Equipamentos, quais serão necessários?

A diretora da ETEPA, Sandra Regina, informou que uma proposta no âmbito da escola vinha sendo discutida e tinha à frente dois professores da escola que apresentaram um anteprojeto para discussão da implantação de ensino médio concomitante ao ensino técnico. A escola continuaria ofertando as duas formações em horários distintos, mas havia a preocupação se os alunos, com seu baixo poder aquisitivo, se adequariam a essa proposta. O projeto reafirmava a necessidade de processo seletivo a ser executado pela própria escola.

O texto da ata mostra que houve polêmicas em torno da carga horária dos cursos, não aceita pela equipe da SEDUC; do entendimento de que representava um retorno ao ensino tradicional de ofícios com ensino médio pela manhã e oficinas à tarde; insatisfação com a suposta autonomia que a lei ofertava, já que tudo estaria pré-definido; de como a escola seria mantida, e se nesse caso seria melhor manter uma escola de ensino médio ou de educação profissional?

Após os debates sobre esses pontos a ata relata que a equipe da SEDUC encaminha para a necessidade de uma decisão frente ao fato que no ano seguinte o 1º ano dos cursos de educação profissional não seria ofertado. A ETEPA manteve o entendimento que poderia ofertar as duas formas, segundo o projeto que apresentaram que demonstrava condições relativas à demanda e espaço físico. Maria José Cavalcante (Departamento de Ensino Médio/Divisão de Currículo)

que coordenava a reunião entendeu que o interesse predominante da Escola era esse.

A reunião do dia seguinte aprofundou a discussão sobre a possibilidade de organizar o currículo em um único turno. Discutiu-se o modelo adotado pela Escola Técnica Federal do Pará em dois turnos inclusive com a presença do coordenador de ensino daquela instituição para expor como estava sendo o processo na Escola Federal. A reunião finalizou com indicação de que até dia 15 de setembro daquele ano a escola deveria entregar o projeto à SEDUC.

O esboço de ofício de 16 de dezembro de 1998, da DEME à diretoria de Ensino da SEDUC expõe e envia os currículos dos cursos de educação profissional ofertados por onze escolas estaduais ajustados ao Decreto nº 2208/97, com proposta de lotação de professores para as situações demonstradas no quadro seguinte:

| Professor | C. Horária | N. de professor por turma | Condição |
|---------------------------------|---|----------------------------------|--------------------------------|
| De laboratório | 125h | 1 professor por turno | com as vantagens do magistério |
| De disciplinas teórico-práticas | Carga horária variável conforme o modelo curricular | Variável | com as vantagens do magistério |
| Supervisor de estágio | 125h | Sendo 1 por turma | com as vantagens do magistério |
| Coordenador de curso | 125h | 1 por curso | com as vantagens do magistério |

Quadro 6 – Proposta de lotação para quadro docente da ETEPA.

Desse documento se conclui que os cursos da ETEPA teriam carga horária de 2000h, duração de dois anos e cinco cursos continuariam a ser ofertados.

Em 1998 começou o processo de extinção gradativa dos cursos técnicos ofertados pela ETEPA, deixando de oferecer a cada ano a 1ª série, até 2001, quando estariam definitivamente extintos. Ao mesmo tempo o ensino médio seria implantado ano a ano a partir de 1999, segundo o ofício da direção da ETEPA ao Conselho Estadual de Educação. A portaria 075/99 – GS² autorizou o

² Refere-se à Portaria n. 075/99 do Gabinete da Secretaria, que a propósito da aprovação da LDB e reformulações do Ensino Médio em todo Brasil, instala esse nível de ensino na ETEPA. A portaria é assinada pela então Secretária de Educação do Estado, Rosineli Guerreiro Salame (PARÁ, 1999).

funcionamento do ensino médio na ETEPA, vigorando a 1ª série a partir de 1999 e completa instalação em 2001 (ETEPA, 2001).

Ainda no ano de 1998, o governo estadual firmou um convênio com o MEC para organização da educação profissional no Estado, e iniciou a formulação do Plano de Educação Profissional do Estado do Pará – PEP, fora dos domínios da Secretaria de Educação, o que representa, a nosso ver, o mais significativo passo para instalação de mudanças que levam ao fim do projeto da ETEPA.

O relatório do PEP (PARÁ, 1999a) demonstra que aquele documento foi fruto de um amplo e sistemático diagnóstico realizado por uma equipe composta de consultores da UNESCO, técnicos da Secretaria de Educação – SEDUC e da Secretaria de Promoção Social – SEPROS, que ao tempo funcionava como uma grande secretaria de Estado que comportava outras, como a SEDUC, por exemplo.

O PEP anuncia através da apresentação formulada pelo então secretário de Promoção Social, o compromisso assumido por aquele governo desde 1995 com a Educação, que se traduzia na formulação do Plano Plurianual para o triênio 2000-2003, que enfatizava maior responsabilidade com o ensino médio e o então chamado ensino profissional, plano que orgulhosamente enviavam à Assembleia Legislativa.

Considerando o porte desse diagnóstico e formulação tanto para o ensino médio como para a educação profissional, e considerando que o conteúdo desse Plano não se tornou amplamente divulgado e conhecido de muitos, destacamos, a seguir, alguns elementos sobre tais formulações que orientarão as práticas do Estado e as configurações seguintes da educação profissional no Pará.

Ao elaborar o PEP a equipe anunciava como seus objetivos: a) planejar e desenvolver estudos básicos na área de educação profissional; b) integrar politicamente educadores, alunos, empresários, trabalhadores e sociedade; c) sistematizar estudos realizados através de diagnóstico e de uma avaliação das políticas estaduais de educação profissional do Estado; d) analisar a socioeconomia paraense com ênfase nos grandes eixos de desenvolvimento do Estado; e) propor uma rede de educação profissional através de um órgão gestor que fosse eficiente e que buscasse superar os obstáculos que então se apresentavam (PARÁ, 1999a).

A estrutura da SEDUC que orientava os aspectos educacionais chamava-se Diretoria de Ensino – DEN, e se compunha dos seguintes órgãos: Departamento

de Ensino Fundamental, Departamento de Ensino Médio, Departamento de Educação Especial, Departamento de Ensino Supletivo, Departamento de Atividades Físicas, Departamento de Informação e Documentação Escolar, e Departamento de Informática Educativa.

O Departamento do Ensino Médio – DEME era o responsável por ações relativas ao ensino médio, e a este departamento competia o atendimento à população escolar, oriunda do ensino fundamental, propondo diretrizes e normas, implantação e implementação de formas alternativas de ensino e a articulação entre setores do DEME. Os setores são 10 e assim especificados: Assessoria, Secretaria da DEME, Coordenação do SOME, Divisão de Apoio (DIAPO – que se subdividia em duas seções: seção Técnico-Pedagógica e seção Técnico-Administrativa), Divisão de Currículo – DICUR, Divisão de Avaliação – DIAVA, que também se subdividia em duas seções: seção de Programa e Projetos e seção de Unidades Escolares.

O relatório expõe dados sobre a avaliação das políticas estaduais de educação profissional e inicialmente refere-se ao Plano Estadual de Educação no período de 1995/1999, que abrangia a educação básica e a educação profissional. Neste período foi definido como prioridade oferecer à população ensino de qualidade e reduzir o *déficit* escolar existente.

Para se alcançar essa prioridade foram estabelecidas as seguintes estratégias: melhoria do espaço físico, que garantisse a oferta de novas vagas nas escolas públicas; melhoria do ensino; recuperação e implementação de escolas técnicas, agrotécnicas e agropecuárias já existentes; integração escola-comunidade; descentralização das decisões e ações relativas à administração da educação da capital e do interior do Estado, assim como a municipalização do ensino fundamental e da merenda escolar; manutenção das atividades administrativas através do gerenciamento administrativo do setor educacional.

De acordo com o relatório do PEP, o governo do Estado do Pará investiu R\$1.281 bilhão, através da SEDUC, no período de 1995/1999, nas ações educativas do Estado. Para garantir tal investimento foi fundamental a parceria com o MEC e/ou FNDE, que disponibilizou recursos que vieram a ser utilizados na construção, recuperação e ampliação de escolas, aquisição de merenda escolar, material e equipamentos pedagógicos, na capacitação de professores, entre outras ações. O relatório ainda afirma que esses investimentos, apesar de significativos,

foram insuficientes para contemplar todos os segmentos de ensino, principalmente o ensino médio, e mais ainda o ensino profissionalizante.

No âmbito da educação profissional diagnosticou-se que alguns compromissos com o ensino profissionalizante foram assumidos, entre eles: a redução de oferta de cursos de magistério em localidades em que o mercado estava saturado e a oferta em municípios com professores leigos; outro compromisso diz respeito aos cursos profissionalizantes, como Administração, Contabilidade, Mecânica e Edificações, que precisavam passar por modificações e adequações às necessidades dos setores produtivos; redirecionamento dos demais cursos profissionalizantes às realidades do mercado de trabalho e às vocações econômicas do Estado, o que foi apenas parcialmente atingida, devido à falta de recursos que possibilitassem a criação e estruturação de novos cursos.

Cursos técnicos da rede pública estadual foram criados e/ou mantidos sem um rigoroso estudo de mercado e de tendências de investimento e, portanto, sem uma nova estrutura curricular e de equipamentos condizentes com as atuais diretrizes governamentais e as necessidades socioeconômicas do Pará. E assim, ao tempo da elaboração do PEP, o então chamado ensino profissionalizante foi diagnosticado como tendo graves problemas, sendo eles: inexistência de uma política global que integrasse a educação profissional nas esferas estadual, federal, municipal, ONG's e empresas privadas; falta de articulação entre a SEDUC, esferas administrativas e o setor privado.

Na visão da equipe elaboradora do PEP, essa realidade era fruto ou agravava-se pelo fato de a SEDUC não dispor de estrutura específica e adequada ao ensino médio e à educação profissional. Apesar de o Departamento de Ensino Médio – DEME Educação subdividir-se em 10 outros organismos, nenhum deles dirigia-se especificamente para a educação profissional. Além de que mesmo essa estrutura não foi avaliada como favorável à própria execução do ensino médio e menos ainda à educação profissional. Os problemas enumerados englobam falta de estrutura administrativa, falta de pessoal com discussão e conhecimento profícuo da área, falta de políticas específicas, falta de financiamento claro, entre outras questões que já se encaminham para a natureza da oferta, da qualidade dos cursos e das condições precárias das escolas.

O diagnóstico realizado com o PEP também se detém nos meandros e trâmites de problemas e questões internas à SEDUC, indicando a falta de

celeridade para equacionar questões até mesmo de pequeno porte e consideradas de fácil solução. Ressaltaram-se os seguintes aspectos: planejamento e distribuição dos recursos para a realização das ações da SEDUC; processos de controle e avaliação que estão associados aos programas e projetos realizados; decisões tomadas em conjunto pelas equipes de trabalho, organizando internamente sua operacionalização e funcionamento através de normas, soluções de problemas do cotidiano; e a comunicação, que se apresenta em dois formatos: formal, através de documentos encaminhados (ofícios, memorandos, convites, cartas e telegramas), e informal, que acontece em reuniões e contatos pessoais.

Mediante esses elementos brevemente apresentados, o documento do PEP finaliza encaminhando a criação de uma Rede de Educação Profissional composta de Centros de Educação Profissional vinculados a um Instituto de Educação Profissional, que faria sua gestão. A rede seria composta de 22 escolas (Centros) que cobririam as demandas de desenvolvimento econômico do Estado, incluindo aí áreas como Agroindústria, Mineração, Pesca e Turismo, como as grandes vocações do Estado. Além de cursos técnicos, essas escolas deveriam cumprir um amplo plano de profissionalização para o Estado, de maneira a superar os problemas enumerados no diagnóstico.

Os Centros deveriam se nortear pelo binômio educação-trabalho, integrando ainda as seguintes linhas: incremento do ensino de ciências no âmbito da educação básica, ainda que com caráter instrumental à educação profissional; educação profissional básica e técnica em abordagem formativa, participativa e integrada à educação básica; e prestação de serviços.

O fim dos cursos profissionalizantes, que ainda eram regidos pela Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), foi proposto assegurando a conclusão aos que estavam em curso. E em seu lugar 10 cursos técnicos foram pensados para dinamizar a proposta educacional, estruturados com base no Decreto nº 2208/97 (BRASIL, 1997), atendendo as suas exigências curriculares e de gestão, uma vez que seria pleiteado o financiamento do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. O grande desafio seria a construção de um projeto pedagógico pelas escolas que estivesse organizado por competências, orientado pela produção. Como a mudança nas práticas pedagógicas e na definição curricular era essencial à Reforma Educacional e à obtenção de financiamento, a capacitação das equipes

gestoras e dos professores dos Centros e Instituto foi indicada como prioridade e ação primeira para implantação do PEP.

O relatório (PARÁ, 1999a) apresenta ainda indicações para um órgão gestor da educação profissional com as seguintes características: adotar os princípios da participação, integração, articulação e compromisso, e adotar modelo jurídico-institucional estruturado na perspectiva da gestão compartilhada entre governo e sociedade.

Nesse sentido, os objetivos para esse órgão gestor foram divididos por área, descritos da seguinte forma:

- a) Área Técnico-Pedagógica: criar os modelos dos Centros de Educação Profissional para atender a demanda dos grandes eixos de desenvolvimento; desenvolver matrizes curriculares (de nível básico e técnico); implantar programa de capacitação (técnicos e docentes); desenvolver metodologia de atualização em parceria com órgão de pesquisa do Estado; programar a expansão da educação profissional entre os alunos do ensino médio.
- b) Área de Gestão do Sistema: gerir de forma compartilhada, promovendo a participação, integração e compromisso de todos os integrantes envolvidos no processo; promover programas de capacitação para gestores; desenvolver mecanismos de monitoramento, controle e avaliação dos Centros de Educação Profissional.
- c) Área de Integração com a Comunidade: realizar eventos de sensibilização com empresários e lideranças, com a intenção de despertá-los para o investimento da educação profissional de jovens e adultos.

O PEP desenha os princípios e objetivos que devem nortear o órgão gestor da educação profissional, até então inexistente, e orienta que ele deveria estar livre dos engessamentos próprios da administração direta ou indireta, devendo ser compreendido, no entanto, como um sistema. A gestão seria compartilhada entre governo e sociedade civil e teria coordenação superior da Secretaria de Promoção Social – SEPROS.

A SEDUC, afirma-se naquele documento, deveria desvincular-se da educação profissional para ter uma posição fundamental no planejamento e execução da educação básica, orientado pelo PEM – plano que, semelhantemente ao PEP, reestruturava o ensino médio.

A elaboração do Plano de Educação Profissional do Estado do Pará deu-se nos anos de 1998 e 1999, após a aprovação da LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996) e do Decreto nº 2208/97 (BRASIL, 1997) que instituiu novas diretrizes para a educação profissional em todo o Brasil, e foi fruto de um convênio entre o Governo do Estado e o MEC, porém, não da Secretaria de Educação diretamente, já que nesse governo estadual³ as secretarias foram reformuladas e a Secretaria de Educação subordinava-se diretamente à Secretaria de Promoção Social – SEPROS.

Os rearranjos na estrutura das secretarias estaduais coadunam-se com as redefinições do Estado Brasileiro nesses anos pós-reforma de 1990, cujo traço característico foi o fortalecimento de novos atores, como as organizações sociais e ONGs no ambiente educacional, fruto das concepções sobre a relação público/privado reinantes naqueles dias.

De acordo com o MARE⁴ (1997), a administração pública dividia-se em dois setores principais: o núcleo burocrático e o setor de serviços e infraestrutura. O núcleo burocrático compreende os Poderes Legislativo, Judiciário e setores do Poder Executivo, aos quais cabe "cuidar" de funções definidas como exclusivas do Estado. O setor de serviços e infraestrutura envolve atividades que, de uma forma ou de outra, competem com a iniciativa privada: educação, saúde pública, seguridade social, cultura, ciência e tecnologia, atividades de pesquisa e as áreas de infraestruturas estratégicas (energia, transportes e telecomunicações).

Com esse entendimento, o MARE defendeu e implantou uma série de reformas nos anos de 1990, as quais, praticamente em nada, afetaram o chamado núcleo burocrático, mas implicaram em profundas mudanças no setor de serviços e infraestrutura.

O setor de serviços é dividido em: monopolista e competitivo. Os serviços que são monopólios do Estado, como registro de marcas, patentes, fiscalização metrológica, entre outros, poderiam, de acordo com a proposta do MARE, dependendo do caso, continuar dentro do Estado na forma de Agências Autônomas. Tais agências em muito se assemelham às Organizações Sociais, propostas para os serviços competitivos, exceto pela característica de fazerem

³ Governo de Almir Gabriel do PSDB.

⁴ Ministério da Administração e da Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso.

parte do Estado e seus funcionários serem servidores públicos sob o regime da CLT ou RJU⁵.

Planejava-se, para o setor de infraestrutura, a maior privatização possível, e para o setor de serviços competitivos a gestão por fundações de direito privado. Estas fundações, declaradas de utilidade pública e com estatutos que atendem a certas exigências, foram denominadas de Organizações Sociais – OS. As Organizações Sociais poderiam ter acesso a verbas do Tesouro, a bens públicos e poderiam contar, em seus quadros, com servidores públicos cedidos pelo Governo Federal, art. 14 da Lei nº 9.637/98 (BRASIL, 1998), mediante um contrato de gestão. No caso do Pará esse contrato foi firmado entre a OS-ETPP e o governo estadual para gerir a educação profissional.

A continuidade das políticas neoliberais no quadro de redefinição do Estado trouxe a reforma da educação profissional com o argumento de que isso resultaria em expansão, diversificação e flexibilização da oferta de ensino, uma vez que produziria formações restritas, modalidades substitutas e alternativas à educação básica, quadro que veio a acentuar a dualidade estrutural e a segmentação da educação nacional. Mas, segundo Lima Filho (2003), no âmbito das escolas públicas, a reforma acabou por provocar redução da oferta de educação regular e gratuita, e acentuou a oferta de cursos extraordinários e pagos.

Nesse sentido, a reforma educacional realizada entre 1995 e 2002 foi uma perversa estratégia para induzir a desescolarização e o empresariamento das instituições públicas de educação técnica e tecnológica, visando sua transformação em empresas de formação profissional, tudo isso subsidiado com dinheiro público (LIMA FILHO, 2003).

Somando-se a essa posição, análises críticas e reflexões de Ramos (2002), Deluiz (2001), Oliveira (2000), Kuenzer (1999; 2003), Frigotto, G e Ciavatta M. (2006), Lima Filho (2002), Machado (1996) entre outros autores, já foram produzidas sobre os documentos da reforma da educação nos últimos dez anos, os quais abordam desde as concepções, teorias e ideologias que sustentam tais documentos, a limitações que dificultam o alcance de suas finalidades e podem ter implicações na vida da escola, da sociedade e do indivíduo, interferências que não foram ainda consideradas plenamente pelos sistemas de ensino e seus executores.

⁵ CLT e RJU referem-se à Consolidação das leis Trabalhistas e Regime Jurídico Único, ambos legislações trabalhistas.

6.1

A transição

Com esse cenário das mudanças nos âmbitos produtivos, político-governamentais e das referências legais da educação no Brasil e da educação profissional, especificamente, retornamos ao ponto da transição que leva à última transformação vivida pela ETEPA no recorte desse estudo: sua transformação em ETEMB.

Logo após a elaboração do PEP, protagonizado pela SEPROS, a Secretaria de Educação produziu o Projeto de Revitalização das Escolas de Educação Profissional do Pará em julho de 2001 (PARÁ, 2001). O documento relata um diagnóstico da educação profissional e das escolas que ministravam tais cursos no Estado, que em tudo se concilia ao apresentado no PEP (PARÁ, 1999a). Indica a distância entre a formação oferecida e a realidade socioeconômica do Estado, além da ausência de um estudo significativo de mercado e planejamento elementar como as causas que levaram ao enfraquecimento da educação profissional no Estado, a exemplo de cursos como Magistério de 2º grau, Contabilidade e Administração, que reuniam 50 mil e 40.448 matrículas respectivamente das 150 mil matrículas do ano de 1994, apesar da provável saturação de mercado.

Os graves problemas que viviam a educação profissional deviam-se, portanto, conforme aquele documento, à falta de política global entre as esferas que ofertam a educação profissional no Estado e uma estrutura organizacional de articulação em que se enumeram as seguintes dificuldades: a) Oferta dos mesmos cursos por vários anos, em diferentes instâncias administrativas, ocasionando duplicidade de ações e desperdício de recursos; b) Falta de infraestrutura e equipamentos para laboratórios e oficinas nas escolas estaduais; c) Escassez de convênios para realização de estágio curricular dos alunos; e d) Inexistência de plano de capacitação para formação continuada de professores.

De acordo com o documento, houve uma queda nas matrículas das escolas estaduais de 78% no ano de 1998, se comparado aos dados de 1994, atribuída à LDB – Lei nº 9394/96 – (BRASIL, 1996) que levou à separação entre a educação

geral e a formação técnica, tornando a segunda complementar à primeira. Apenas as escolas federais do Estado tiveram suas matrículas aumentadas nesse período.

Explicita-se, então, que a Secretaria de Educação levou as escolas a realizarem uma avaliação em seus cursos para verificarem se deveriam manter, fundir, eliminar ou propor novos cursos, observando, para isso, os seguintes critérios: a) consonância com as demandas econômicas e condições de empregabilidade de cada município; b) análise da pertinência da oferta do curso sistematicamente e sua eventual substituição; e c) identificação de novas possibilidades de cursos.

Reafirmam, em seguida, que com a aprovação da LDB de 1996 e do Decreto nº 2208/97, as escolas estaduais passaram a extinguir gradativamente seus cursos de 2º grau com habilitações profissionais assegurando a terminalidade aos alunos que estavam em curso, como também reorganizaram seus currículos “aos novos moldes da educação”, embora continuassem enfrentando os mesmos problemas de infraestrutura, equipamentos inadequados, acervo bibliográfico inexistente e professores sem programas de atualização.

Os novos moldes da educação, a que o documento se refere, compreendem a noção de competência trazida pelos documentos legais como referência central da reformulação curricular que se propunha então. Apesar de o modelo das competências⁶ constituírem-se referência central nas orientações da reforma em todos os níveis da educação, concepções distintas têm sido utilizadas com a finalidade de torná-lo compreendido e de colocá-lo em prática nas programações curriculares. Além disso, a confusão entre a noção de competência e a de habilidade dá à primeira um caráter eminentemente pragmático, noção provavelmente útil à institucionalização dessa lógica no Estado brasileiro.

O documento produzido pela Secretaria de Educação (PARÁ, 2001) prossegue apresentando um quadro sobre a oferta de novos cursos de educação profissional pela rede estadual nos anos de 2000 e 2001, assim compostos:

⁶ Compreender a noção de qualificação não explicitada objetivamente, mas aludida nos documentos legais é importante para entender a perspectiva do conceito de competência adotado pelo MEC, que privilegia os atributos individuais dos trabalhadores enquanto fortalece a dimensão experimental e minimiza a dimensão das competências coletivas e sociais que se traduzem em políticas educacionais resultantes na solidificação da vida societal, com bases que buscam assegurar a hegemonia econômica e cultural das classes dominantes (DELUÍZ, 2001 e RAMOS, 2002).

| Unidades Escolares | Cursos: Educação Profissional – Decreto 2208/97; Parecer 16/99; Resolução 04/99 | Série (s) | N° de Alunos Matriculados | |
|---------------------------------------|---|-----------|------------------------------|------|
| | | | 2000 | 2001 |
| 1. Colégio Integrado Francisco Nunes | Técnico em Enfermagem | 4º | 82 | 80 |
| 2. CAIC – Mestre Lucindo – Capanema | Técnico em Enfermagem | 4º | 125 | 107 |
| 3. EE. Visconde de Souza Franco | T.Comercialização e | 4º | 70 | 70 |
| | Mercadologia | 4º | 70 | 70 |
| | T. Administração Empresarial T. Secretariado | 4º | 70 | 70 |
| 4. EE. Juscelino Kubitschek | T. em Agroindústria | 5º | 62 | 60 |
| | T. em Informática | 5º | 89 | - |
| | T. Florestal | 5º | 104 | 100 |
| 5. EE. Santo Antônio – Alenquer | T. em Agropecuária | 4º e 5º | 20 | - |
| 6. CAIC – Rio Caeté – Bragança | | | 308 | - |
| 7. ERC Integrado de Cameté | | | 24 | - |
| 8. EE. Maria do S. Jacob – Itaituba | | | 18 | - |
| 9. EE. Francisco Nobre – Monte Alegre | | | 32 | - |
| 10. EE. Geraldo. A. Pereira – Tucumã | | | 33 | - |
| 11. CAIC – A. Leitão – Santa Izabel | T. em Agropecuária | 4º e 5º | 50 | 50 |
| | T. em Informática (matriz nova com implantação em 2001) | 4ª | 75 | 75 |
| TOTAL | | | 1232 | 682 |

Quadro 7 – Escolas Estaduais que ofertavam cursos técnicos 2000/2001.

Fonte: ASPLAN/SEDUC – 2001 DEME/SEDUC – 2001 (PARÁ, 2001).

Afirmam que a partir de 2000 aquelas escolas que tinham tradição na oferta de educação profissional do Estado reformularam seus cursos para que se tornassem mais flexíveis e modularizados, conforme as orientações legais, o que se restringiu a nove municípios. Esse movimento se insere na proposta de produzir “uma nova institucionalidade da educação profissional no Brasil”, mais adequada as características do novo sistema produtivo marcada pela emergência do modelo flexível de produção que tem origem no governo Fernando Henrique Cardoso (ARAUJO et al, 2007).

A tal “nova institucionalidade” promoveu surgimento, desaparecimento, fortalecimento ou esvaziamento quantitativo das vagas ofertadas de educação profissional, com apoio, no Estado do Pará, de políticas advindas da reforma da educação profissional e do PROEP⁷, PLANFOR⁸ e PROF AE⁹ principalmente. Esses autores revelam que, no Estado do Pará, tais financiamentos foram responsáveis pela ampliação da oferta de educação profissional, uma vez que, de 25 entidades executoras no ano de 1996, passou-se para 625 em 2000 (dados da

⁷ Programa de Reforma da Educação Profissional, lançado em 1997, pelo Ministério da Educação por meio da SEMTEC (hoje Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC).

⁸ Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, elaborado pela SEFOR, Secretaria de Formação Profissional do Ministério do Trabalho. Alimentava-se de recursos do FAT e intencionava instalar uma nova institucionalidade para a educação profissional, criando uma Rede Nacional de Educação Profissional (DELUIZ, GONZALEZ E PINHEIRO, 2003).

⁹ Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem.

FLACSO, 2000 apud ARAUJO et al, 2007) contudo com queda de oferta de vagas públicas.

O dado novo que o Projeto de Revitalização das Escolas de Educação Profissional do Pará (PARÁ, 2001) aborda refere-se às escolas que deveriam se integrar a Rede de Educação Profissional, que naquele momento se constituía no Estado com financiamento sinalizado pelo Ministério da Educação, por meio do PROEP/SEMTEC, para construção de novas escolas, desde que houvesse um diagnóstico consistente e um estudo de mercado para sustentar a oferta de cursos básicos e técnicos.

Segundo indica o MEC, o principal propósito do PROEP foi transformar a educação profissional com vistas a atender com mais eficiência e eficácia as demandas do mercado de trabalho e a introduzir melhores condições de emprego para o momento em que o indivíduo ingressasse na População Economicamente Ativa – PEA. Além disso, esse Programa visava formar e reciclar as forças de trabalho, contribuir para melhorar as taxas de produtividade para a indústria nacional e elevar a qualidade de vida. De acordo com a UNESCO (2003), o PROEP investiu U\$ 500 milhões oriundos de financiamento externo junto ao BID (50%), do Ministério da Educação e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (50%).

O relatório do FNDE – 2007 (BRASIL, 2007) indica que os investimentos do PROEP dividiram-se pelos segmentos: comunitário, estadual e federal, envolvendo R\$ 612.383.860,93. Os investimentos no segmento estadual para construção, ampliação e reformas de escolas, equipamentos e prestação de serviços, eram da ordem de R\$ 212.161.970,97. O Pará recebeu R\$ 27.865.364,01 de repasses do PROEP até fevereiro de 2006 e a distribuição desse recurso mostra que os maiores beneficiários foram fundações e a Organização Social Escola de Trabalho e Produção (ARAUJO et al, 2007) conforme o quadro a seguir:

| Unidades | Valor repassado |
|--------------------------|--------------------------|
| CEP Antonieta de Lourdes | R\$ 2.470.600,00 |
| FEAMA | R\$ 3.006.659,00 |
| Fundação Esperança | R\$ 2.177.879,00 |
| CEFET-PA | R\$ 1.985.057,00 |
| PEP PA | R\$ 432.484,00 |
| CEP Itaituba | R\$ 2.247.187,65 |
| CEP Paragominas | R\$ 2.623.896,98 |
| CEP Monte Alegre | R\$ 1.240.551,00 |
| SEEPS/PA Salvaterra | R\$ 1.249.989,63 |
| ETPP Abaetetuba | R\$ 1.348.344,00 |
| ETPP Tailândia | R\$ 1.619.679,00 |
| ETPP Belém | R\$ 3.233.320,00 |
| Total | R\$ 20.628.988,26 |

Quadro 8 – Repasses do PROEP ao Pará até o início de 2006. Fonte: Brasil/ INEP (2006) apud Araujo et al (2007, p.98).

O manual do PROEP (BRASIL, 1997a) orientava as escolas a se comprometerem com a política educacional para conseguirem o financiamento. Para tanto, antes de enviar a documentação ao MEC, elas precisavam preencher muitos formulários (11 especificamente, que se intitulavam, sugestivamente, Plano de Implantação da Reforma), além de justificar as demandas com pesquisa de mercado. Se a proposta fosse aprovada, a escola receberia o Manual Estratégico para formular seu planejamento estratégico e operacional, submetendo-se mais uma vez à aprovação do MEC.

De posse desse projeto (que o MEC chamava de planejamento estratégico), cinco diferentes equipes faziam a análise observando os cinco parâmetros seguintes: a) técnico-pedagógico; b) infraestrutura física (obras civis, por exemplo); c) equipamentos; d) viabilidade econômica; e e) gestão. Para que fosse aceita sua proposta, a escola deveria, ainda, obter aprovação nos cinco parâmetros. Como os indicadores se cruzavam, caso não conseguisse aprovação, praticamente todo o projeto teria que ser refeito. Por exemplo, se a relação professor-aluno fosse baixa (1 professor/10 alunos), ter-se-ia que retrabalhar todo o projeto para elevar para 1:20. Assim, para todos os itens do Projeto havia uma avaliação quantitativa que envolvia custo de aluno por curso, taxa de capacidade instalada / taxa de ocupação para mencionar apenas alguns índices de desempenho.

Essa planificação executada com o PROEP caracteriza mais um movimento de reforma da educação profissional que alcançará a ETEPA como uma das escolas estaduais de oferta de cursos técnicos e evidencia que o PROEP foi o elemento-chave utilizado pelo poder central para garantir a efetivação das novas formulações legais e sua execução no âmbito da educação profissional pública, tanto na esfera federal, quanto na estadual ou municipal.

De acordo com o Projeto de Revitalização das Escolas (PARÁ, 2001), o PEP é apontado como o programa que atenderia a demanda de expansão da educação profissional no Estado, pois com base nele é que o financiamento estadual foi pleiteado, no qual se previam 18 escolas para atender a todos os municípios do Estado, as quais se chamariam Escolas de Trabalho e Produção.

É então que o documento apresenta as quatro escolas, das 11 citadas no quadro 7, que passariam a integrar essa rede, sem, no entanto, especificar por quais critérios foram elas definidas e o que teria acontecido à oferta de cursos das demais escolas, uma vez que se explicita que os recursos oriundos do PROEP/MEC/SEMTEC não poderiam assegurar a adequação das escolas estaduais e que caberia à SEDUC e ao governo do Estado, além da adequação física, aquisição de equipamento e acervo bibliográfico para essas escolas.

O quadro a seguir demonstra as necessidades indicadas na avaliação da infraestrutura realizada nessas escolas e as adaptações necessárias à oferta dos novos cursos.

| Escola | Cursos | Ambientes/ Laboratórios | Situação | Necessidade |
|---|---|--|------------------------|---|
| Escola Técnica Estadual do Pará – ETEPA | Tec. Mecânica Tec. Construção Civil Tec. Eletrotécnica Tec. Eletricidade | 05 laboratórios 05 laboratórios 03 laboratórios 02 laboratórios | Funcionamento precário | Reforma e adaptação dos laboratórios e da biblioteca. |
| Colégio Integrado Francisco Nunes | Tec. Enfermagem Tec. Vigilância Sanitária | 06 laboratórios | Funcionamento precário | Reforma e adaptação dos laboratórios. Revisão do sistema elétrico. Construção de banheiros. |
| EE. Juscelino Kubitschek | Tec. Agroindústria Tec. Florestal | 05 laboratórios 05 laboratórios | Funcionamento precário | Adaptação dos laboratórios com construção de bancadas. |
| CAIC Albertina Leitão | Tec. Agropecuária Tec. Informática | 01 laboratório 03 laboratórios | Funcionamento precário | Adaptação dos laboratórios com construção de |

| | | | | |
|-----------------------|---|-----------------|--|-------------------------------------|
| | | | | bancadas. |
| Salesiana do Trabalho | Mecânica Eletricidade Eletrônica Construção Civil Eletropneumática Humanística | 05 laboratórios | Com equipamentos incompletos. Oferecem 30 cursos, todos de nível básico. | Necessitam apenas dos equipamentos. |

Quadro 9 – Avaliação da Infraestrutura escolar e suas demandas. Fonte: ASPLAN/SEDUC – 2001 DEME/SEDUC – 2001 (PARÁ, 2001).

Sobre a Escola Salesiana do Trabalho não há nenhum tipo de informação adicional a esse quadro no Relatório, embora se evidencie que a sua presença destinava-se ao atendimento da oferta de cursos básicos de educação profissional. Não sendo uma escola da rede estadual, não há informações sobre convênio e em que termos se dariam, mas ela se inclui na previsão de recursos para atender as necessidades acima especificadas com um valor de R\$ 462.784,00. O total de investimento seria da ordem de R\$ 1.866.000,00, especificado por escola, conforme o quadro a seguir:

| Escola | Valor (R\$) |
|---|--------------|
| Escola Técnica Estadual do Pará – ETEPA | 853.215,00 |
| Colégio Integrado Francisco Nunes | 71.951,00 |
| EE. Juscelino Kubitschek | 374.881,00 |
| CAIC Albertina Leitão | 169.120,00 |
| Salesiana do Trabalho | 462.784,00 |
| Total | 1.860.000,00 |

Quadro 10 – Especificação de investimento nas escolas estaduais. Fonte: Projeto de Revitalização das Escolas (PARÁ, 2001)

A ETEPA se caracteriza, pois, como uma das escolas estaduais avaliada pela Secretaria de Educação como integrante para a nova rede e onde deveria ser investido o maior vulto dos recursos financeiros, a fim de torná-la adequada à nova educação profissional que se queria instalar no Estado. As tabelas anexas ao relatório demonstram que esse recurso seria destinado à compra de equipamentos

para os laboratórios de metrologia, ajustagem, refrigeração, automação, motores de mecânica automotiva, fabricação, soldagem, projetos assistidos por computador, eletrônica digital, eletrônica analógica, eletrotécnica industrial e sala de audiovisual.

Finalmente apresentam a projeção de matrículas para os quatro anos seguintes nas quatro escolas, cabendo à ETEPA a oferta de 1.440 vagas/ano, sendo 360 em cada um de seus quatro cursos: Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica e Construção Civil, não abordam informática, embora fosse ofertado pela escola.

Ao final de 2001, conforme previa a Portaria 075/99 GS (PARÁ, 1999), os antigos cursos profissionais ministrados pela ETEPA entraram em extinção e completou-se a implantação do ensino médio. A proposta de que a ETEPA realizasse cursos técnicos na forma concomitante, apresentada pela própria escola como sua opção, nas reuniões preparatórias no ano de 1998, para assim continuar trabalhando com a formação média e técnica, não vingou. A Secretaria de Educação vetou a proposta depois de, junto com a escola, checarem a experiência de concomitância realizada pelo então CEFET-PA (Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará) e constatarem a alta evasão que já acontecia nos cursos técnicos nesse formato naquela instituição.

Por isso mesmo a ETEPA trabalhou nesses anos de 1999 a 2002 com a oferta de ensino médio regular e cursos técnicos na forma pós-médio, conforme qualificava o Decreto nº 2208/07 a oferta de cursos técnicos para aqueles que já tinham concluído o ensino médio.

6.2

As Escolas de Trabalho e Produção e a criação da ETEMB

Com todos os diagnósticos realizados da educação profissional tanto pela SEDUC quanto pela Secretaria de Promoção Social havia indicativos que novas reformas estavam sendo preparadas, mas no ambiente escolar não se sabia exatamente quais. O fato é que os problemas de manutenção se agravaram muito nesses anos, pois os recursos federais de financiamento da educação profissional inexistiam para quem não os acessava via os trâmites do PROEP, e os recursos estaduais destinavam-se a manutenção do Ensino Médio.

O ano de 2002, relata a técnica educacional da ETEPA, foi povoado de muitos boatos, e poucas informações precisas, mas a precariedade das condições materiais da escola levava muitos professores a acreditarem no fim da escola, ou principalmente, no fim da educação profissional: *ninguém tinha certeza se tinha acontecido isso, mas que andou um zum zum zum que ia acabar, daí todo mundo começou a ficar apavorado (...)*Foi o pior clima que já houve na escola (Professor da ETEPA). Como a lotação dos professores da rede estadual, ainda hoje, é realizada por meio de carga horária conquistada pelo próprio professor ano a ano, muitos começaram a procurar outras escolas para lecionarem, tal era o clima de instabilidade.

No tocante aos docentes da educação profissional, o fim da escola representaria o fim do vínculo, pois boa parte deles era contratada, e durante esses anos nenhum concurso público fora realizado pelos governos para essa modalidade, assim a reação desses professores foi outra. Tomaram conhecimento que Marcos Ximenes – secretário especial de Estado de Promoção Social do Pará nos anos de 2000 e 2001 que conduziu o processo que culminou com a criação da OSETPP iria fazer uma exposição no CREA sobre as escolas que seriam construídas pelo governo federal.

As Escolas de Trabalho e Produção do Pará – ETPP foram criadas para se ocupar da qualificação profissional de jovens e adultos, incentivando a instalação de empresas que poderiam encontrar pessoal técnico das diversas áreas de vocação natural demandada em cada município e área de abrangência da escola (PARÁ, 2002).

A responsabilidade pelas Escolas de Trabalho e Produção – ETPP foi repassada para a Organização Social Escola de Trabalho e Produção do Pará – OS-ETPP, uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, qualificada como Organização Social, pelo Decreto nº 5.166 de 27 de fevereiro de 2002, criada pelo governo do Estado do Pará através da Secretaria Especial de Estado de Promoção Social¹⁰ – SEPROS e da Secretaria

¹⁰ Nessa data conduzia a Secretaria Especial de Estado de Promoção Social, o sr. Nilson Pinto de Oliveira e a Secretaria Executiva de Educação, a sra. Maria Izabel Castro Amazonas e além deles assinaram esse documento: Simão Robson Jatene – Secretário Especial de Produção; Carlos Kayath – Secretário Executivo de Administração; Maria do Socorro Gabriel – Secretária Especial de Estado de Proteção Social; Francisco Sérgio Leão – Secretário Especial de Estado de Gestão;

Executiva de Educação do Pará – SEDUC. A criação da OSETPP e sua estruturação no ano de 2002, sem dúvida, constituem-se em um dos elementos que veio a provocar as instabilidades desse ano sentidas na ETEPA.

Três professores da ETEPA¹¹, engenheiros e com vinculação ao CREA, procuraram o vice-presidente daquela instituição, João Sobrinho, com a intenção de participar da referida reunião, conhecer o projeto estadual e expor as condições de ensino e funcionamento da ETEPA.

Os referidos professores procuraram mobilizar outros, mas apenas conseguiram mover os alunos e levar 70 deles, formando uma grande comissão. Com a exposição de Marcos Ximenes, professores e alunos presentes entenderam que o projeto de construção de novas escolas seria financiado pelo PROEP, e que esse projeto não envolvia a ETEPA bem como as demais escolas vinculadas à SEDUC e já indicadas como possíveis integrantes de uma nova rede de educação profissional se houvesse alguns investimentos prévios (PARÁ, 2001). Mas é certo que o PROEP tinha limitações quanto a ser acessado diretamente por secretarias de Educação, seu acesso nesse caso poderia se dar via organização social, ONG, fundação ou entidade do gênero.

Essa exposição provocou uma reação explosiva dos alunos e professores presentes, que, contudo, não podiam falar, por tratar-se de uma sessão do conselho daquela instituição. O vice-presidente do CREA, João Sobrinho, assumiu a defesa da escola questionando o secretário sobre o tratamento que seria dado às escolas existentes, instalou-se um grande debate em defesa da educação profissional já executada com grande dificuldade nessas escolas dada a defasagem de material e pessoal. A pressão dos alunos, do próprio CREA e dos professores presentes levou o secretário Marcos Ximenes a promover nova reunião só com os membros da escola para verificar os meios de inseri-los no projeto das Escolas de Trabalho e Produção, já que a SEDUC não manifestava interesse em continuar com a educação profissional, executada por essas escolas, sob seu domínio.

A reunião foi marcada na Secretaria de Promoção Social (SEPROS) e após ouvir os problemas da escola, o secretário comprometeu-se em verificar junto ao MEC e à SEDUC os meios para solucionar essa questão. Depois de afirmar que

Frederico Anibal Monteiro – Secretário Executivo de Planejamento e Coordenação Geral e Antonio Gomes de Oliveira como Diretor Superintendente da Escola de Trabalho e Produção do Pará.

¹¹ Prof. Adalziro Duarte, prof. José Albano Baêtas e prof. Raimundo Cardoso

problemas semelhantes estavam acontecendo em todo o país solicitou um prazo de um mês para que estudassem uma proposta e uma solução, segundo os depoimentos de professores.

Os debates envolviam as normas e determinações da legislação nacional e da reforma da educação profissional em que o financiamento, não regular, ofertado em forma de programa acaba funcionando como um grande elemento de constrangimento ao cumprimento das novas determinações, conforme percebe e relata o professor a seguir:

(...) é como é hoje¹², a política veio também do mesmo jeito como vem agora, não é obrigado, não é isso, põe se quiser, se colocar tem muito dinheiro se não colocar não tem não, tá entendendo, quer dizer, não é obrigado né, aí nós ficamos numa miséria danada aqui, aí a SEDUC não quis ficar com a gente, ficou com a gente enquanto o ensino médio estava junto quando saiu aí nós ficamos rejeitados (Professor da ETEPA).

Ao final do período de estudos e análise da viabilidade de inclusão das escolas que existiam previamente no sistema educacional estadual, os professores que mobilizaram a reunião foram informados que a ETEPA ficaria sob a tutela da OSETPP, assim como a Escola Francisco Nunes, Escola A. I. Juscelino Kubistchek, Escola Albertina Leitão.

O que se confirma com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Gestão, em 2004, que inclui sob a gerência da OS-ETPP as Escolas Técnicas Estaduais já existentes (PARÁ, 2004). A Organização Social se responsabilizaria por administrar as novas escolas, mas também as escolas técnicas que já existiam sob a gestão da Secretaria de Educação, diagnosticadas àquela altura como muito precárias nos aspectos estruturais, curriculares e quadros funcionais.

Isto é, somente no ano de 2004 houve a oficialização de quem seria o “responsável pela escola”, no entanto desde 2002 com a criação da Organização que deveria assumir a gestão da educação profissional estadual, mas sem levar em conta as escolas que já existia, a SEDUC, conforme previa o diagnóstico do PEP foi dedicando-se ao ensino médio e se desresponsabilizando ainda mais pela

¹² O professor refere-se ao movimento de reorientação da rede e da educação profissional que a Secretaria de Educação iniciou ao final do ano de 2008, inclusive com o anúncio do financiamento advindo do Programa Brasil Profissionalizado para as escolas que concordassem em ajustar seus planos e orientação educacional aos princípios do ensino integrado.

educação profissional, acirrando a tensão interna à escola e fragmentação de sua estrutura em duas conforme o depoimento seguinte.

(...) então nessa época nós estávamos assim, diziam que iam acabar com a escola técnica pra fazer ensino médio, do outro lado diziam que iam acabar com ensino médio e colocar a gente só pra escola técnica, a gente ia achar ótimo né (...) (Professor da ETEPA).

Esse processo culminou com uma assembléia no início do ano de 2003 com a comunidade escolar da ETEPA com o objetivo de dividi-la em duas escolas, separando a escola de ensino médio da escola de educação profissional, confirmando a orientação política nacional de desvinculação da escolarização e da profissionalização, contudo em uma decisão extrema de separação da escola.

Como o formato assumido para os cursos da ETEPA já os dividiam em ensino médio regular e educação profissional, não foi difícil proceder a essa separação embora tenha sido bastante tensa, conforme os relatos. Os corpos docentes já estavam divididos pelo caráter de suas atuações, os técnicos educacionais puderam optar em qual escola gostariam de trabalhar bem como parte do corpo administrativo.

Os espaços voltaram aos anteriores, tendo sido reformados os prédios da anterior Escola Estadual Magalhães Barata, que agora voltava a ser uma escola específica de educação básica para oferta de ensino médio com retorno de seu nome anterior, perdido na fusão das escolas. Os espaços do antigo Centro Interescolar constituiriam a escola de educação profissional. Essa por sua vez intencionava manter o nome de Escola Técnica Estadual do Pará, nome que se afinava à identidade que sempre buscara ter, mas sem que os professores fossem consultados quanto a isso, o atual nome da escola foi levado por um deputado a Assembléia Legislativa e o nome foi aprovado, ainda que a resistência da escola tivesse sido lá manifestada conforme relato a seguir:

Houve um projeto de um deputado, né, e deu o nome para as duas escolas, tanto essa quanto a outra lá, e nós fomos pra lá (Assembleia Legislativa) porque nós queríamos ficar como Escola Técnica Estadual do Pará, o quê que eles fizeram? A maior burrada, eles desenterraram o Magalhães Barata duas vezes, colocaram ensino médio Magalhães Barata e Escola Técnica Magalhães Barata, aí fizeram esse nome: Escola Técnica Estadual Magalhães Barata. Foi um plano, um projeto

de um “cara” ele não mostrou pra ninguém, reuniram lá, votaram, tinha gente lá (alunos e professores), vaiaram, foi uma coisa horrível (Professor da ETEPA).

A Lei Estadual nº 6.581 (PARÁ, 2003) que mudou o nome da escola para Escola Técnica Estadual Magalhães Barata (ETEMB), foi aprovada em 12 de setembro de 2003. Mas desde o início desse ano letivo as escolas já estavam funcionando de forma separada, conquanto a educação profissional se encontrasse num impasse quanto à sua gestão estadual. Esses dados mostram que por quase dois anos a escola funcionou à “deriva” do sistema. Protagonizada e gerida por seus docentes, já que o diretor desse período foi caracterizado pelos professores como alguém que vinha quando o chamavam para assinar algum documento, como alguém que “abandonou a escola” e “só vinha quando queria”.

O patrimônio da ETEMB e das demais escolas de educação profissional foi repassado e incorporado pela Organização Social, a OSETPP, ao projeto das Escolas de Trabalho e Produção do Pará – ETPP, mas a ETEMB manteve duplo vínculo, pois ainda mantinha quadro docente vinculado à Secretaria de Educação, o próprio prédio público em que funcionavam, mas suas despesas e gestão agora deveriam ser executadas por esse novo ente.

A percepção quanto à nova vinculação institucional beirava o limite da falta de opção pelos encaminhamentos dados às mudanças legais no Estado, e a convicção de que não seria essa a melhor opção se faz ouvir nos depoimentos dos professores, que demonstram que o que se queria era permanecer ligado à SEDUC com uma orientação melhor, diferenciada, realizada por pessoas com experiência na educação profissional:

(...) eu acho que fizeram mal em tirar a escola da SEDUC, fizeram mal, apesar de que a gente sabia que a escola estava muito mal orientada pela SEDUC (...)
(Professor ETEPA)

Com o aditivo ao contrato de gestão os repasses de recursos eram feitos do Governo a OS, via Secretaria de Educação, para suprir as reformas das referidas escolas e em seguida manter a todas. O professor ainda descreve sua atuação na própria OSETPP assessorando a construção das escolas do interior, espaço que lhe favoreceu “puxar a brasa para sua sardinha”, indicando as melhorias que a ETEPA precisava enfrentar para dar conta dos cursos técnicos que ofertava. Segundo o professor, alguns desses recursos não passavam pela SEDUC, procediam de

liberações diretas do governo do Estado e serviram para ampliar espaços e equipar laboratórios, principalmente de informática, mas também demonstram que a ETEPA, agora ETEMB, continuava sem ser alvo de uma política específica de educação profissional a ponto de precisar que alguém ficasse “puxando brasa para sua sardinha”.

Em relatório da ETEMB enviado à OSETPP, no ano de 2005, percebe-se na descrição das atividades no âmbito administrativo e pedagógico que 2004 e 2005 foram anos de reformulações tanto no espaço, como nos materiais, parcerias e redefinição de cursos. Embora não especifique quais, os quadros e tabelas do relatório relatam algumas vezes a resistência e a dificuldade em implantar ou concretizar uma dada atividade, aspecto que não aparece nos relatórios anuais das demais escolas vinculadas à OSETPP. O relatório indica também ausência de suporte pedagógico e professores para alguns cursos, e de material ou outro incentivo para algumas tarefas (ETEMB, 2005).

É também o relatório que mais cita a SEDUC e vínculos com ela, quando descreve situações de lotação de professor, demissão de temporários, reuniões de avaliação e orientação, discussão sobre reformulação dos cursos técnicos. A relação da escola com o Conselho Estadual de Educação também é mais bem demonstrada, incluindo-se negociações, orientações e reuniões para ajustes dos planos de cursos técnicos com vistas a serem encaminhados para parecer avaliativo do CEE.

O relatório finalmente indica que houve um significativo atraso nas reformas da escola, fato que mobilizou a interferência do Ministério Público, e em seguida apresentam o total de matrículas, turmas de 2004 e 2005, evidenciando alta evasão nos cursos técnicos de um semestre a outro no ano de 2005 e um atendimento a 523 alunos em cursos de qualificação básica.

Frente à realidade da educação profissional no Pará ter passado a ser gerida por uma Organização Social, surgiu-nos a questão de como tais organizações são chamadas a ocuparem um espaço tão destacado e a dividir com o Estado, de maneira considerada legítima, funções antes assumidas por ele, bem como a necessidade de entender o surgimento de uma nova esfera que se localiza entre o público e o privado, chamada pública não-estatal.

Destituindo a ideia de que setor privado tenha apenas uma definição, Bonamino (2003) vale-se de Draibe (1989) para definir políticas educacionais

privatizantes para além do entendimento que as associa ao lucro. Inclui também a dimensão do setor privado não-lucrativo, chamado terceiro setor, fortalecido com os mecanismos que levaram ao encolhimento do Estado, quanto a investimento, capacidade de produzir e distribuir, além de regular e gerir.

A própria lei que instituiu as Organizações Sociais anuncia a criação de um Programa de Publicização, que propunha que as Organizações Sociais deveriam suceder Autarquias e Fundações Públicas e outros órgãos e instituições da União em uma sequência de etapas, que podem ser assim descritas: a) extingue-se o órgão público; b) uma ou mais Fundações de direito privado candidatam-se a se tornar OS, apresentando uma proposta de contrato de gestão; c) o contrato seria assinado com a entidade escolhida, que passaria a gerir o patrimônio e as atividades do órgão público em questão e a ter acesso a verbas públicas; e d) os funcionários públicos do referido órgão ficariam à disposição do MARE, e aqueles considerados de relevância para o cumprimento de seus objetivos pela Organização Social seriam cedidos a esta pelo governo. Para tal Programa, o MARE visava: museus, hospitais, institutos de pesquisa, universidades e escolas técnicas.

A educação já se articulou em parcerias com a sociedade civil em outros momentos históricos, desde os anos de 1960, inclusive na história da ETEPA, quando a FEP assumiu a criação dos Centros Interescolares, mas com os realinhamentos dos anos de 1990 esse processo se aprofundou e as sociedades civis/ONGs passaram a participar da oferta de serviços escolares.

Deluiz, Gonzalez e Pinheiro (2003) revelam que, no entanto, essas organizações mudaram sua natureza sensivelmente na década de 1990, e se já assumiram mais claramente um trabalho político voltam-se, mais predominantemente agora, para trabalhos de parceria com atuação técnica e flagrante interesse em acessar verbas públicas. De acordo com as autoras essas organizações já atuam no Brasil há algum tempo, com ação política e instrumental em diversos setores, sob enfoques distintos, que vão de assistencialistas a desenvolvimentistas. Na educação, tiveram sua atuação ampliada após a LDB de 1996, principalmente na oferta de serviços, capacitação docente, produção de material didático e técnico, e na formulação de orientações pedagógicas.

Na educação profissional, a atuação dessas organizações também é fortalecida a partir de 1996, e principalmente com apoio do PLANFOR¹³. Devido à multiplicidade de agentes que envolveram e da descentralização de recursos via governos dos Estados, por meio de seus planos de qualificação, foram acolhidas perspectivas educacionais que se fundamentavam em referenciais teórico-metodológicos diversos e resultaram em práticas pedagógicas bastante diferenciadas.

Com isso concluímos que a proposta de gestão por Organizações Sociais encantou a muitos e foi admitida de forma precipitada em alguns setores. A maior autonomia e flexibilidade dessas organizações foram entendidas como benefícios que gerariam maior eficiência e qualidade do serviço público, portanto ganhos à sociedade com melhor retorno dos investimentos; tal pressuposto, no entanto, não deveria ter prescindido do acompanhamento efetivo de suas atividades e mesmo estudos de suas possíveis implicações negativas, frente ao fato de que a administração brasileira é pródiga em reformas que malograram e produziram grandes perdas.

A gestão da educação profissional no Pará, pós anos de 1990, expõe as parcerias que foram estimuladas com a Reforma do Estado Brasileiro, num contexto de descrédito e ineficiência do serviço público. Conforme esse estudo as entidades que foram chamadas a compor o terceiro setor e a esfera privada não lucrativa têm assumido funções diversas e características distintas umas das outras. De outro lado é possível afirmar que elas tenham caráter ambíguo, pois ao mesmo tempo em que fortalecem a desresponsabilização estatal, podem representar como organizações sociais, a possibilidade de uma gestão mais democrática das políticas, uma vez que a sociedade civil pode ter maior controle e acesso ao aparato administrativo e burocrático do Estado.

Os debates acadêmicos acerca da educação profissional mostram pontos mal definidos pelas últimas legislações, que dão espaço a muitos entendimentos e práticas ainda mais distintas, com predomínio de formação orientada, quase que exclusivamente, pelo mercado de trabalho, em detrimento de uma formação mais sólida e ampla do cidadão trabalhador. E nessa perspectiva há uma longa trajetória a ser percorrida pela educação profissional estadual na direção da construção de

¹³ Plano Nacional de Educação Profissional, elaborado pela SEFOR, Secretaria de Formação Profissional do Ministério do Trabalho.

elementos sólidos tanto no âmbito da gestão quanto das práticas educativas nessa modalidade.